

Revista
PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

v. 25 n. 2

Julho/Dezembro 2015

Rio de Janeiro

ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 25	n. 2	p. 299-484	Jul/Dez 2015
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

A política de Assistência Estudantil: entre êxitos e incompletudes

Simone Eliza do Carmo Lessa

RESUMO

Apresentamos reflexão sobre a política de Assistência Estudantil no Brasil, sua história, expansão e configurações contemporâneas. Esta política tem se tornado um campo importante e crescente do trabalho do Assistente Social na Educação, devendo ser, portanto, objeto de análise e acompanhamento de seu desenvolvimento, em um contexto de crise capitalista e de seus inegáveis reflexos econômicos e sociais nas políticas públicas. Na presente reflexão objetivamos trazer contribuições para este importante campo de trabalho, no qual já estivemos atuando. Para tanto, partimos de análise do trabalho do Assistente Social na Educação, sua inserção e visível presença na construção da Assistência Estudantil, indicando potencialidades, aspectos incompletos e limitadores contidos nesta experiência.

PALAVRAS-CHAVE

Educação.
Assistência Estudantil.
Serviço Social

Recebido em 23/05/16.

Aprovado em 15/03/17.

Student Assistance policies: what's right and what's incomplete

We present an article on student assistance in Brazil, its history, expansion and contemporary configuration. This field is becoming important for the Social Worker acting on education, and thus should be object of observation during its development, given the context of a capitalist crisis and its social and economic repercussions around public policies. In this essay we aim to contribute to this important field in which we've been acting. To this end, we begin analyzing the social workers' job in education, their insertion and visible presence on the construction of student assistance, indicating their potentialities and limitations regarding this experience.

KEYWORDS Education. Student Assistance. Social Work.

Introdução

Nestes oitenta anos de materialização do Serviço Social no Brasil a profissão tem sido chamada a atuar em políticas diversas, entre estas, a de Educação. Witiuk (2004) nos fala da experiência do chamado Serviço Social Escolar nos anos de 1940, revelando a presença de Assistentes Sociais nos primórdios da construção da escola pública brasileira.

Trazemos a presente reflexão movidos pelo desejo de pensar a Assistência Estudantil, a partir da nossa própria experiência profissional na Educação e nesta ação em particular. Neste caminho lançamos mão da associação entre as categorias *trabalho* e *educação* como experiências especificamente humanas e humanizadoras, (SAVIANI, 2007), que se tornam complexas e contraditórias na sociedade capitalista. A primeira categoria – trabalho – será compreendida ontologicamente, como elemento transformador da natureza e do homem, produtor da vida humana. Uma vez que as sociedades humanas aprendem a produzir sua existência no exercício da elaboração da sobrevivência em si, teremos a educação, como experiência humana para ensinar e aprender, permitindo que gerações futuras conheçam elementos necessários à produção e manutenção da vida.

Trabalhar, portanto, supõe algum tipo e nível de aprendizado. Educar é uma forma de trabalhar e não há trabalho sem que se possa pensar e aprender como realizá-lo, o que torna interdependente a relação entre ambas as categorias. Somente homens e mulheres *trabalham* e *educam* (SAVIANI, *op cit*). O Brasil tem sido, historicamente, um país periférico na economia internacional, produtor e exportador de bens simples, o que influencia a estrutura educacional aqui efetivada (FRIGOTTO, 1993). Se geramos postos de trabalho simples para produzir bens de mesmo tipo, a educação aqui organizada deve formar para esta condição. Sendo assim, a escolarização da maior parte da população ficará especialmente restrita aos níveis elementares e será simplificada e aligeirada.

No entanto, o acesso e a permanência de populações empobrecidas, historicamente fadadas ao exercício do trabalho degradado e simplificado e à educação fragilizada, nas instituições formadoras públicas de qualidade, historicamente ocupadas pela elite e pelas camadas médias urbanas, através da Assistência Estudantil e das Políticas Afirmativas¹, surgem como inovação recente, complexa e contraditória da experiência de educar e trabalhar.

A partir desta reflexão inicial sobre as categorias que orientam esta análise, realizamos breve revisão bibliográfica dialogando com autores do campo educacional e do Serviço Social. Neste percurso, abordamos a experiência do Serviço Social na Educação, bem como apresentamos dados da história da Assistência Estudantil e sua configuração contemporânea. Por fim, destacamos desafios e potencialidades do trabalho do Serviço Social na área, destacando a inovação e a relevância da Assistência Estudantil ao ser associada às Políticas Afirmativas e sua incompletude frente às amplas demandas por ampliação do acesso, por qualidade na permanência, no aprendizado e no acompanhamento de estudantes. Ao mesmo tempo, frente a uma realidade que se anuncia como redutora de direitos² entendemos que as lutas pela manutenção e ampliação desta política devem ser (e tem sido) bandeira dos movimentos estudantil, de docentes e de técnicos, bem como de todos aqueles que defendem a educação pública.

Complementando este quadro contraditório de avanços e limitações, a expansão da Assistência Estudantil traz à profissão jovens Assistentes Sociais em uma política que não nasceu agora, mas que se renovou neste contexto que reúne uma crise estrutural do capitalismo e, contraditoriamente, a ampliação do acesso à educação pública e – mais intensamente – privada. Trata-se, portanto, de uma política em destaque, que responde a

1 Políticas Afirmativas tomam forma na sociedade brasileira nos anos 1980, através do Deputado Abdias Nascimento, que propunha ações compensatórias para a população afro-brasileira, em virtude de sua histórica discriminação. Nos anos 1990 temos legislação afirmativa relativa à reserva de vagas para o acesso de deficientes ao mercado de trabalho. No início do século XXI temos as experiências das cotas nas Universidades públicas. Ações Afirmativas são políticas importantes na minimização das desigualdades de ordem econômica, étnica, de condição física e intelectual.

2 Certamente a PEC 55, recentemente aprovada no Senado Federal, que impede o reajuste de recursos do fundo público além do valor inflacionário anual, impactará sobremaneira sobre esta e outras políticas sociais.

demandas históricas dos setores avançados da sociedade brasileira e que se expande em uma realidade de mercantilização e precarização da educação. Urge estudá-la.

Serviço Social na Educação

Na apresentação do nosso objeto, partimos de breve revisão história da atuação do Serviço Social na área de Educação. Neste sentido, é preciso lembrar que na conjuntura inicial do surgimento da profissão estávamos diante do aprofundamento do capitalismo monopolista e periférico brasileiro, que então criava bases para industrialização no Brasil. Frente à ascensão do trabalho fabril e da vida nas cidades, o letramento e a expansão da escola urbana (ainda que elementar), começam a se mostrar uma realidade nas periferias, fenômeno de mesmo tipo ocorrido nos países centrais um século antes (MANACORDA, 2000). Neste sentido, emblemática é a criação do Ministério da Educação e Saúde no início do Governo Vargas, do Estatuto das Universidades em 1931, que discorre sobre estudantes em dificuldades de ordem econômica, bem como a inclusão da Educação na Constituição Federal de 1934 (FRANCO, 2008).

No entanto, há que se fazer algumas ressalvas, na intenção de não incorreremos no erro de considerar que o que estava em curso era uma efetiva ampliação do acesso à escola. Em diálogo com Cunha (2000) ressaltamos que como apenas uma pequena fração de trabalhadores começará a ser absorvida nas tarefas mais especializadas, não haverá necessidade imediata de efetivo acesso das massas à educação. Sendo assim, produziremos uma experiência de industrialização sem massificação da escolarização, visto que o trabalho simples era aprendido, fundamentalmente, nos espaços ocupacionais. Na avaliação de Fernandes (1989), como as revoluções burguesas não foram efetivadas no Brasil, o amplo acesso das massas trabalhadoras à educação pública³ em todos os níveis não ocorreu, apesar do

3 Hoje podemos falar na universalização da oferta ao Ensino Fundamental. É de 98,9% o índice de matrículas na faixa de 6 a 14 anos (MEC, 2014), mas a permanência de longo prazo neste sistema é ainda complexa, em um país em que crianças e adolescentes pobres trabalham apesar dos Programas de Transferência de Renda. A educação infantil permanece fictícia, pois faltam 3 milhões de vagas, como admite o Governo Federal. O acesso ao Ensino Médio é precário, pois faltam equipamentos, inclusive nos grandes centros urbanos como a região metropolitana do Rio de Janeiro. A Educação Superior teve intenso crescimento pela via das instituições privadas. Finalizando essa nota, lem-

caldo cultural em torno da importância da educação e da escolarização já estar sendo “engrossado” desde o início do século XX pelo liberal movimento escolanovista, pelo movimento anarquista e sindical.

Apesar da frágil expansão da escola, novamente dialogando com Witiuk (2004), identificamos que nos anos de 1940 os assistentes sociais foram chamados a uma intervenção acrítica sobre as expressões da questão social, entre estas, aquelas manifestadas nos espaços educacionais formais. Na escola o Serviço Social será chamado para tarefas relativas à vigilância moral das famílias trabalhadoras, que timidamente começam a conquistar a escolarização fundamental, buscando enquadrar comportamentos. (WITIUK, *op cit*). A escola pública irá se configurar como espaço para estimular posturas saudáveis e adequadas à ordem urbana, assalariada, fabril e desigual, materializando uma perspectiva moralizadora de condutas que Passetti (2000) definirá como *escola contra família*. A autora Witiuk (*op cit*) nos lembra que no I Congresso Brasileiro de Serviço Social, ocorrido em 1947, são travadas reflexões sobre o chamado Serviço Social Escolar, sendo este definido como uma *atividade técnica e supletiva* às ações do aprendizado.

Vale lembrar, ainda, que a inserção do assistente social no campo educacional ficará mais evidente quanto mais claras forem as expressões da questão social nestes espaços. Ficarão evidenciado que, quanto mais a classe trabalhadora buscar a escola (e ali permanecer), mais as expressões da questão social estarão neste cotidiano institucional. Neste sentido, nos anos de 1950, com a expansão do aparato público brasileiro, começam a fazer parte do cotidiano do trabalho do Assistente Social as creches, denominadas “parques infantis”, então vinculadas à LBA – Legião Brasileira de Assistência, além de escolas, experiência com destaque em estados do nordeste.

Em nossa trajetória inicial na Educação estivemos presentes na formação profissional junto aos trabalhadores e seus filhos, através do Sistema “S”, especialmente com os chamados *menores aprendizes*, bem como na chamada educação popular de inspiração freiriana (NETTO, 1991)⁴. Estivemos, ainda, nas experiências de alfabetização de adultos junto aos projetos de De-

bramos que 8,3% dos brasileiros, não leem, nem escrevem.

4 Netto (1991) ressalta que a apropriação do pensamento de Paulo Freire pelo Serviço Social acontece sob a perspectiva do ecletismo, em especial frente aos conceitos de *oprimido* e de *conscientização* trabalhados pelo educador. Sua apreensão no Método BH fica evidente, segundo o autor. Ver mais em Ditadura e Serviço Social.

envolvimento de Comunidade (AMMANN, 1987). Além destas iniciativas, as Assistentes Sociais que atuavam com aqueles então denominados *menores infratores*, por vezes, precisavam realizar articulação entre a família e o aprendizado profissional – lembrando que historicamente, a educação profissional é o campo formativo para onde acorrem os filhos da classe trabalhadora, que precocemente ingressam no mercado de trabalho (MANFREDI, 2003), suspendendo ou adiando a continuidade da sua formação.

A ditadura militar-empresarial que se materializa em 1964 nos traz a marca da degradação da educação pública em todos os níveis (NETTO, 1991). Na Educação Superior sua marca é da ampliação do ensino privado; na Educação Básica a ação se dará, especialmente, no sentido do sucateamento de equipamentos e da degradação das remunerações dos profissionais. As reformas educacionais promovidas pela autocracia burguesa (na universidade em 1968 e na Educação Profissional em 1971)⁵ estavam submetidas a interesses mercantis. Além disso, o financiamento da política educacional não era estabelecido por mínimo constitucional (SAVIANI, 2008). O ocaso da ditadura reacenderá os debates e as lutas pelo direito à educação, revelando números terríveis sobre o analfabetismo e sobre a fragilidade do acesso e permanência na escola pública.

Nas décadas de 1980 e 1990 a atuação de profissionais de Serviço Social no âmbito das políticas educacionais vai se tornando mais expressiva como resposta à ampliação do acesso à escola e ao crescimento de expressões da questão social naquele espaço. Sua ação se dá, especialmente, na garantia do acesso, permanência e na ampliação dos espaços democráticos (ALMEIDA, 2003). Hoje podemos afirmar com base na nossa experiência profissional, que temos trabalhado na aproximação das redes de serviços e das equipes multidisciplinares, no desenvolvimento de temas transversais à formação, no diálogo com as famílias, na atenção aos deficientes, entendendo que educar vai muito além dos espaços formais e demanda suporte de outras políticas sociais.

5 A Lei 5692/71, implementada em fase de expansão econômica na autocracia burguesa, torna compulsória a profissionalização no então chamado Segundo Grau. Na prática esta legislação fragilizou a escola pública de perfil propedêutico, gerando aprendizados profissionais empobrecidos e limitados, já que a infraestrutura para desenvolvimento desta modalidade educacional não foi desenvolvida. Em compensação a formação geral foi minimizada (CURY, TAMBINI e SALGADO, 1982). Já a reforma universitária, entre outros aspectos, intencionava fragmentar a formação superior através do sistema de créditos (NETTO, 1991).

Em um país que tardiamente inicia processo de massificação do acesso à Educação Fundamental (ocorrida, somente, após a Constituição de 1988), os desafios no campo educacional são inúmeros e para todos os profissionais da educação. Como expressão da luta de classes e de projetos educacionais em disputa, tem sido hegemônica a ação educacional simplificada, aligeirada, mercantilizada, cada vez mais influenciada pela lógica empreendedora, uma vez que o local que ocupamos na divisão internacional do trabalho só nos solicita uma apropriação periférica do conhecimento e a geração de ocupações desprotegidas, marcadas pela execução de tarefas simples (FRIGOTTO, 1993). Este quadro influencia na elaboração de uma LDB, em 1996, que Savianni (2000) denominou de “*minimalista*”, materializada após muitas tensões entre *lobbies* privatistas e os movimentos em defesa da educação pública, em uma década de hegemonia das políticas neoliberais.

A realidade é dinâmica e as expressões da luta de classes no campo educacional são muitas. Hoje o projeto conservador é hegemônico em termos de políticas educacionais. No entanto, a realidade está sempre em movimento e revela atores coletivos que lutam por outra formação. Falamos do MST, do FEDEP do ANDES, SEPE/RJ, APEOESP⁶, de movimentos estudantis diversos, que hoje apresentam a estratégia de ocupação das escolas e universidades públicas. Neste sentido, há resistência. Entendemos que o nosso tema de debate – a Assistência Estudantil -- se inscreve na luta de classes como resultado complexo de uma expansão precarizada da educação e, ao mesmo tempo, do reconhecimento deste direito para além do acesso. Postos estes dados iniciais, passemos à reflexão sobre a constituição da assistência estudantil.

Assistência estudantil: breve histórico

O Estatuto da Universidade Brasileira (Decreto 19851/1931), em seu título XIII, artigo quarto, ao discorrer sobre a vida social universitária destaca que

As medidas de providencia e beneficencia serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitarios, e nellas serão incluídas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres,

6 Movimento dos Sem Terra, o Fórum Estadual em Defesa da Educação Pública, Sindicatos de Trabalhadores da Educação do Rio de Janeiro e São Paulo.

que se recommendem, pela sua aplicação e inteligência, ao auxílio instituído (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

Trata-se, portanto, do reconhecimento da existência de estudantes com dificuldades de permanência no elitizado Ensino Superior, ainda no início dos anos de 1930. As formas iniciais de apoio ao estudante estiveram vinculadas, inicialmente portanto, ao Ensino Superior⁷. O crescimento desta fase educacional data dos anos de 1950, em momento de aprofundamento da industrialização, embora sua origem esteja relacionada à chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, quando a nobreza e sua infraestrutura para cá se mudaram, trazendo na bagagem o modelo europeu de universidade.

Mais de um século depois, ou seja, tardiamente, inclusive em relação a outros países da América Latina, ocorre a ampliação da educação superior. Esta é uma demanda crescente do movimento de trabalhadores e, no início dos anos 1960, se constituía em importante bandeira de luta dos movimentos por reforma de base. As bases da expansão universitária se concretizam nos anos de 1970, estando essa relacionada à ditadura militar que a realiza através de instituições privadas nos grandes centros urbanos. Como exemplo, ressaltamos que em 1960 existiam 200 mil matrículas nesta modalidade e que em 1980 esse número chega a 1,4 milhão, localizados majoritariamente na rede privada (SAMPAIO, 2011). Tal expansão intencionava, ainda, minimizar as demandas das camadas médias urbanas por vagas (ROMANELLI, 2001), em um contexto de coerção e de busca de alguns consensos.

Posta esta breve apresentação da constituição da Educação Superior no Brasil, podemos avaliar que sua materialização atendeu muito mais às necessidades das elites econômicas, da acumulação e de segmentos produtivos específicos, do que aos anseios da população trabalhadora. Nossa condição de país dependente trará reflexos na constituição da Política Educacional de forma geral e na formação superior de modo particular, que se mostrará tardia, subordinada cientificamente, fragmentada e elitizada (FERNANDES, 1989).

Sobre a história da assistência estudantil, Andres (2011) ressalta como primeiras expressões desta experiência, as ações para alimentação e moradia universitárias organizadas pontualmente em instituições federais de

7 Na primeira década do século XXI verificamos sua expansão no Ensino Básico, através de legislações estaduais (Lei 6434/2013/RJ). Além disso, sua ampliação no nível Médio no âmbito federal, através da Educação Profissional, também é visível.

maior porte, com destaque para as das regiões nordeste e para o interior de Minas Gerais. Ao longo dos anos de 1970, em um momento de ampliação da Educação Superior, através dos DAEs (Departamentos de Assistência Estudantil), vinculados ao MEC, estas experiências começam a se expandir, ainda que de forma pontual.

Na década de 1980, em franco processo de redemocratização da sociedade brasileira, Pró-Reitores de Assuntos Comunitários organizam reuniões na intenção de pensar em políticas de *promoção estudantil* (REVISTA FONAPRACE, 2012). Em 1985 foi realizado em Santa Catarina o I Encontro de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária, congregando 27 universidades federais, visando pensar em estratégias para provimento de *condições mínimas* à permanência dos estudantes nas universidades federais. Este encontro será seguido de outros que ressaltarão a importância do apoio ao estudante universitário. Nestes serão traçadas diretrizes: valorização da participação do estudante, melhoria e ampliação de Restaurantes Universitários, todas demandas estudantis naquela ocasião. O FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis) foi criado em 1987, com a meta de discutir, elaborar e propor ao MEC uma política de promoção e apoio ao estudante na rede federal superior. O documento de criação do Fórum, se constrói em um contexto de retomada da democracia e traz críticas ao MEC, ressaltando que este buscava se desobrigar de suas responsabilidades frente à assistência estudantil (REVISTA FONAPRACE, *op cit*).

Quatro anos depois da criação do Fórum, um importante marco documental é produzido -- o *Plano Nacional de Assistência Estudantil para o Ensino Superior das Instituições Federais Públicas* -- elaborado pelo FONAPRACE e encaminhado à ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) em 2001, durante governo de FHC. Trata-se de importante documento que estrutura a ideia da assistência estudantil no duro contexto de ascensão da democracia nos marcos do neoliberalismo. Esta base documental dialogava com os indicadores colhidos entre os estudantes, através de pesquisa nacional sobre o perfil socioeconômico e cultural dos alunos das universidades federais, aplicada no início dos anos de 1990 (a ser comentada a seguir). O referido documento traz importantes considerações sobre a democratização da Educação Superior, em um contexto privatista em que se falava, inclusive, da cobrança de mensalidades nas universidades federais.

Esta elaboração documental inicial reconhece a presença, nas instituições federais, de estudantes provenientes de setores empobrecidos da sociedade e fala da Assistência Estudantil como política de permanência, de redução de desigualdades sociais materializadas na universidade e instrumento de combate à evasão. Trata, ainda, da legislação que ampara e justifica a Assistência Estudantil (CF/1988, PNE/2001 e LDBN/1996). Este documento contém a marca da mobilização de gestores e técnicos em torno do tema, mas em sua elaboração faltou a participação mais efetiva do movimento de estudantes. Sua falta de êxito pode ser atribuída à conduta neoliberal do Governo FHC, a pouca visibilidade dada para esta política naquele momento, bem como à frágil mobilização social em torno do tema, uma vez que era hegemônica a ideia de que na universidade pública brasileira só estavam os filhos brancos da elite.

Passemos a destacar a pesquisa de perfil socioeconômico e cultural efetivada junto aos estudantes, inicialmente, nos anos de 1993/94. Os dados revelam que as dificuldades econômicas e a desigualdade que marcam a sociedade brasileira estavam também presentes no interior das universidades, impactando na permanência dos estudantes, na evasão e em suas condições para aprendizado. Neste estudo, 84,6% das instituições nacionais foram analisadas, depreendendo-se que 42,2% dos estudantes pertenciam às camadas mais pobres da população (denominadas ali de classes C, D e E). Certamente esses alunos estavam concentrados em cursos menos elitizados, mas sua presença era inegável, revelando que os filhos da classe trabalhadora e os trabalhadores estavam buscando a educação superior pública, apesar das muitas dificuldades de sua trajetória educacional e também quanto ao acesso e permanência.

Pesquisas de mesmo padrão foram realizadas pelo Fórum em 2003/2004, 2010 e 2014, revelando e confirmando o dado colhido no início dos anos 1990, ou seja, o crescimento do acesso de estudantes empobrecidos na Educação Superior. Apesar das adversidades de suas trajetórias, ficou explícito que essa população tem buscado o acesso à universidade, mas tem dificuldades de ali permanecer. São mulheres jovens, solteiras, que utilizam o transporte público e acessam o ensino em busca de melhores condições de vida e de ingresso no mercado de trabalho. A pesquisa de 2010 indica migração para regiões distantes da moradia, com o intuito de estudar, para 35% dos entrevistados.

Em 2014 a pesquisa revela o crescimento do acesso dos negros neste espaço (47,5% dos alunos assim se autodeclararam), revelando o êxito das Políticas Afirmativas iniciadas nos primeiros anos do século XXI. No aspecto renda, também em 2014, 66,1% dos estudantes têm *per capita* familiar de até 1,5 salários mínimos, sendo que no norte e nordeste o rendimento das famílias é ainda menor (FONAPRACE, 2016).

Verificamos que o diagnóstico feito pelo FONAPRACE permanece atual: há evidente demanda por assistência estudantil. Se associada às cotas, política afirmativa voltada para população pobre, negra, indígena, deficiente, oriunda da escola pública, a assistência estudantil é potencializada podendo ser um elemento importante de permanência e de combate à desigualdade. Esta interessante e positiva combinação de uma ação afirmativa – para *acesso* -- aliada à transferência de renda e/ou recursos materiais, através da assistência estudantil, com vistas à *permanência* de qualidade no ambiente formativo, tem permitido as mudanças que os dados apresentados confirmam. Não por acaso, entre as principais demandas destes alunos, estão o alojamento, a alimentação (através do Restaurante Universitário, encarado pelos alunos como espaço de convivência e de troca, segundo as mesmas pesquisas) e a bolsa. A diminuição da evasão nas instituições que praticam a assistência estudantil é uma realidade, segundo o FONAPRACE (*op cit*).

Postos os dados sobre o perfil dos estudantes, passemos à base documental que orienta a Política de Assistência Estudantil. Em 2007, em gestão nacional do PT, docentes e técnicos ligados ao FONAPRACE atualizaram documento sobre assistência estudantil datado de 2001 (UNB, 2001), citado anteriormente, que fora encaminhado sem êxito ao Governo FHC. Essa base documental é utilizada como fundamento da discussão sobre a assistência estudantil junto ao MEC. Em dezembro de 2007 o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) foi aprovado como Portaria Normativa 39 de 12/12/2007, afirmando ser uma ação de governo que visa redução de desigualdades, combate à evasão e apoio à permanência nas IFES. Ainda que sua implementação seja limitada e frágil, inclusive por sua constituição no formato de *portaria governamental*, trata-se de um marco legal importantíssimo no campo da assistência estudantil, pois delinea seu escopo de ações. Seu formato expressa tensões no interior do Governo Lula da Silva – que contém em seu interior agentes que defendem a educação pública e a assistência estudantil e grupos privatistas, realizando uma costura complexa de interesses antagônicos. Neste mesmo contexto, a

partir de 2003, crescem as ações afirmativas das cotas no Ensino Superior. Estas serão campos de trabalho de destaque para os assistentes sociais, importantes atores nos processos seletivos e no acompanhamento de estudantes. Vale ressaltar que nacionalmente, com a interiorização do ensino pela via dos IFETs⁸ (que já está sendo denominada, informalmente, como uma *ifetização* da educação), tem crescido o trabalho do assistente social no âmbito da assistência estudantil e das cotas.

Mais adiante, no Governo Dilma Roussef, através do Decreto 7234/2010, ocorreu a normatização do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil - que concretiza a assistência estudantil no âmbito federal (ainda que nos limites do formato legal de um decreto). O contexto de sua efetivação é o da mobilização por dar força legal à Portaria de 2007, em um momento pré-eleitoral em que o PT busca outra reeleição. O formato de decreto ainda é frágil, mas a opção do PT é por esta via da instabilidade política, como fruto das alianças feitas com interesses privados e conservadores.

Contraditória e conturbada é a realidade que alia um Ensino Superior mercantilizado para estudantes consumidores empobrecidos, com uma Educação Superior pública que cresceu desde o primeiro governo Lula da Silva, através do Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Neste período, é notória, também, a interiorização das instituições educacionais públicas de nível médio. A expansão da Educação Superior e Média ocorre de forma precária, com equipamentos e espaços físicos por vezes inadequados e equipes de trabalho incompletas. O MEC (2016) nos informa que cada estado do território nacional possui um Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFETs), cada qual com Campi regionais. Com tal expansão, a demanda por assistência estudantil cresce.

Ao mesmo tempo, como base de sua sustentação junto ao capital monopolista, os governos do PT mais ainda expandiram o Ensino Superior privado, através do PROUNI (Programa Universidade Para Todos) e do FIES

8 Os IFETs (Institutos Federais de Educação Tecnológica) preveem a qualificação do trabalhador em diferentes níveis: superior, básica e profissional. O objetivo dos IFETs é uma idealizada inserção imediata no mercado de trabalho. Por isso, sua formação é determinada pelas necessidades dos nichos econômicos dos locais em que se localizam.

(Fundo de Financiamento Estudantil), de isenções fiscais e de repasses de recursos do fundo público ao privado. Sendo assim, podemos afirmar que o governo petista e sua conservadora base aliada expandiram a educação pública, mas também ampliaram de forma mais evidente a rede privada, de modo a atender às demandas dos organismos e acordos internacionais por aumento de mão de obra especializada, que desenvolverá atividades simples, de forma mais eficiente, por baixos salários (LIMA, 2012).

Mas voltemos à assistência estudantil: nesta mesma conjuntura, um elemento importante do trabalho do Serviço Social neste campo foi o documento de 2010, denominado “O Serviço Social na Assistência Estudantil”, elaborado por assistentes sociais das IFES da região Centro-Oeste (REVISTA FONAPRACE, 2012). Neste documento constam metas como a revalorização da assistência estudantil no interior das IFES, formação de equipes multiprofissionais para atuação na área, criação de espaços de controle social, realização de estudos socioeconômicos para análise da realidade e produção de indicadores sociais, bem como a reflexão sobre a importância de combater experiências caracterizadas como “bolsa trabalho”⁹. Como podemos ver, o Serviço Social tinha (e tem) contribuições importantes a dar neste processo.

Conforme nossa experiência profissional como assistentes sociais atuantes na assistência estudantil no Ensino Básico (materializada no Rio de Janeiro, através da Lei Estadual/ RJ 6434/2013), nestes espaços o Serviço Social têm sido chamado a desempenhar atividades de seleção socioeconômica, podendo atuar ainda, no acompanhamento de estudantes, no desenvolvimento de projetos no campo cultural, nos debates dos temas transversais à educação, nas ações de apoio aos deficientes, na organização de Creches, ações elencadas na PNAES, mas não somente. Existe, ainda, a possibilidade de realizar trabalhos com famílias, com a organização dos estudantes, com

9 A Bolsa Trabalho foi comumente praticada ao longo dos anos 1980 e 1990, nas experiências de assistência estudantil. Estudantes pobres inscreviam-se para seleção de ordem socioeconômica e passavam a trabalhar na universidade em troca de bolsas. Em um contexto de expansão universitária e de ausência de mão de obra para tanto, esta experiência terminava por beneficiar amplamente as instituições formadoras. Como assistentes sociais atuamos em programa de Bolsa Trabalho na UERJ, no início dos anos 1990. Graças à resistência dos estudantes e aos questionamentos dos técnicos, este formato terminou por ser extinto na UERJ. No âmbito federal, ainda encontramos experiências deste tipo.

o corpo docente e comunidade externa, buscando dar visibilidade à universidade pública frente às comunidades empobrecidas e promover o controle social da experiência. Acreditamos que esta política abre novas possibilidades de trabalho para o assistente social, muito além da assistencialização da educação¹⁰, e demanda reflexões frente a sua expansão, complexidade e por se constituir em uma demanda do movimento estudantil.

Educação, Assistência Estudantil e Serviço Social

No final dos anos 1980, início dos anos 1990, começa a ocorrer ampliação do acesso à Educação, como resposta às demandas históricas de diversos movimentos sociais brasileiros. Tal ampliação está também relacionada às pressões de organismos internacionais pela elevação dos níveis de escolaridade da população trabalhadora (SHIROMA *et al*, 2000). Neste marco de avanços e limitações em um país periférico no capitalismo internacional, cresce o chamamento à profissão para integrar mais efetivamente os espaços educacionais — a escola e a universidade públicas, em particular, sem desconsiderar as instituições privadas¹¹.

Entendemos que o aumento do ingresso destes profissionais nestes espaços é dotado de muitas possibilidades: ampliação de postos de trabalho, vivência em uma política de grande visibilidade e reconhecimento social, bandeira de luta de movimentos avançados, possuidora de interlocução com profissionais de áreas diversas, em um espaço que deve primar pela experiência do aprendizado, do pensamento crítico, do lúdico e da diversidade¹². Ao mesmo tempo, tanto a escola como a universidade pública são instituições que começam a conviver com as populações pobres (e que,

10 Neste sentido, queremos frisar que o objetivo da universidade é educar, formar profissionais capazes de contribuir com o crescimento e a transformação do país, indo muito além do aspecto da sobrevivência material dos sujeitos. A assistência estudantil é uma política de apoio, que busca prover condições adequadas à permanência e ao aprendizado de estudantes pobres, sem perder de vista a universalização do acesso. A formação, portanto, permanece como objetivo central da universidade, ampliando a importância da assistência estudantil.

11 A Lei 12.101/2009 versa sobre a obrigatoriedade das chamadas instituições filantrópicas disponibilizarem bolsas de estudo e contarem em seus quadros com assistentes sociais para o acompanhamento deste processo.

12 Ainda que propostas legislativas do tipo “Escola sem Partido” (que preferimos denominar de Escola Reacionária), defendida por deputados de perfil político tal qual Jair Bolsonaro, tentem limitar estas potencialidades dos espaços escolares.

tardiamente, começam a atuar pela permanência das mesmas em seu interior), o que é uma novidade bem-vinda. Neste sentido, com a política de cotas e a assistência estudantil, os filhos dos trabalhadores mais empobrecidos, que tradicionalmente não permaneciam no cotidiano da formação, passam a fazê-lo, tornando-se visíveis no interior de uma instituição organizada em torno do trabalho docente. Ali serão não apenas reveladas, mas expostas intensamente, diversas manifestações da questão social: pobreza, desinformação, violência, adoecimentos, conflitos familiares, fragilidade das políticas sociais acessadas por estes grupos, entre outras. Estas demandas pedem respostas oficiais e, neste sentido, o direito à educação de qualidade se mostra atualíssimo.

Nesta Educação Superior em que os filhos das famílias pobres passam a ingressar e a *permanecer*¹³, já ocorria um processo de precarização desde a ditadura militar empresarial (ROMANELLI, 2001). Nas décadas neoliberais seu sucateamento fica mais evidente: precarização do trabalho docente, produtivismo, deterioração de prédios, financiamento fragilizado, estímulo à captação de recursos privados, terceirizações, achatamento salarial de trabalhadores, por exemplo. Nas décadas de governo do PT este processo permanece crescendo e vivenciamos uma expansão precarizada do Ensino Superior (LIMA, 2012), através do ensino privado, incluindo a modalidade *a distância*, muito criticada pelo conjunto CFESS-CRESS, através de lutas e reflexões¹⁴. Cresceu também o ensino público precarizado pela via do REUNI, aqui já comentado.

Nas instituições públicas como resposta a este processo, são organizados movimentos por direitos, inclusive greves, buscando melhorias salariais, condições de trabalho, financiamento. No movimento de estudantes a assistência estudantil é uma bandeira importante, como nos revela o ENE (Encontro Nacional de Educação) organizado por movimentos de defesa da educação, em Brasília, em 2016. Lá o tema da assistência estudantil

13 O PNE prevê que até 2024 o Ensino Fundamental de nove anos esteja universalizado para todos os indivíduos de até 14 anos. A questão é pensarmos como isso será feito: com aprovações indiscriminadas ou com acompanhamento efetivo destes estudantes.

14 A publicação “Sobre a incompatibilidade entre a Graduação a Distância e Serviço Social” (1 e 2) e o documento impedido de circular pelo lobby privatista, “Educação não é *fast food*”, são expressões desta resistência.

apareceu intensamente, através do eixo *acesso e permanência*¹⁵. Estes são espaços de luta e de aprendizado que colocam em xeque a dinâmica institucional e as relações entre universidade, seus atores e governantes. Neste aspecto, vale lembrar que a universidade pública precarizada não será mais a mesma que acolhia, especialmente, os rebentos brancos das camadas médias urbanas. Os filhos da desigualdade estarão em seu interior e não será possível ignorá-los. Eles não permitirão que isso ocorra. A universidade será pressionada por mudanças¹⁶.

Como pano de fundo, influenciando este processo, o capitalismo vivencia mais uma de suas crises – a atual, de proporções alarmantes (GONÇALVES, 2008). Diante da mesma, as políticas sociais são submetidas a processos de mercantilização e de submissão à lógica do lucro. Neste sentido, a educação é vista como mercadoria capaz de ampliar a produtividade da força de trabalho, ganhando destaque dos organismos internacionais de financiamento como estratégia de formação de mão de obra adequada às necessidades da periferia econômica: produtividade, competitividade, disponibilidade para aprendizados diversos e superficiais ao longo da vida, individualismo, empreendedorismo e conservadorismo. Ao mesmo tempo, a educação é vista como um produto altamente vendável, lucrativo, de grande aceitação e visibilidade no mercado privado, a despeito da efetiva qualidade do que é ali oferecido. Olhando mais especialmente para o nosso objeto, é importante destacar elemento que será pano de fundo para o debate sobre a assistência estudantil: diante da crise haverá uma ampliação do acesso (para melhoria do perfil da força de trabalho), concomitantemente à precarização das condições de aprendizagem (equipamentos inadequados, salas lotadas) e de permanência (dificuldades geradas pela desigualdade e pobreza). Essa contradição de fundo – mais acesso, menos qualidade – ou *ampliação para menos*, como destaca Algebaile (2009), ou essa democratização em condições precárias, precisa ser enfrentada teoricamente e no cotidiano das ações educativas. Neste sentido, é preciso pensar a educação articulada às políticas sociais que devem dar suporte à permanência e ao aprendizado nas instituições formadoras (renda, habitação, saúde, transporte, por exemplo).

15 Tivemos oportunidade de participar do Encontro Estadual organizativo deste fórum mais amplo e o tema da assistência estudantil também se fez presente.

16 Interessante destacar frase de mobilização de estudantes cotistas na UERJ (que instituiu a política de cotas em 2003): “*Uerj de cotas, de favelado, que quando luta, ninguém fica parado.*”

A assistência estudantil pode ser uma política utilizada para ajudar a prover permanência com qualidade, pois reconhece as dificuldades na consolidação do direito à educação, em um país extremamente desigual. No entanto, não basta acessar este direito; é preciso efetivar esta dura conquista¹⁷ com políticas públicas que trabalhem a permanência com qualidade, coletivamente. Devemos entender a Assistência Estudantil como um direito na intenção de prover permanência, enfrentar desigualdades e a evasão, cientes de que aquela, isolada de outras políticas sociais, tem sua capacidade de ação limitada.

As experiências de associação da Assistência Estudantil à ação afirmativa das cotas se encontram em processo de expansão, em especial na rede de ensino federal, inclusive no Ensino Básico. No Estado do Rio de Janeiro são 11 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) em funcionamento, com Assistentes Sociais em seu interior. Todas essas unidades praticam algum tipo de modalidade de assistência estudantil (bolsas, recursos para transporte e alimentação, alojamento) e de cotas (com reserva de vaga através de critério de renda, etnia, deficiência e/ou por origem da escola pública). Os Assistentes Sociais atuantes nesse campo estão participando de eventos diversos da categoria (CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais -- e ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, por exemplo¹⁸, além, de encontros regionais, como o organizado pelo CRESS/RJ em 2016¹⁹), revelando o crescimento dessa experiência e a sistematização da prática.

Esta potencialidade, porém, não está livre de limitações. Como em outras áreas de atuação, o assistente social, trabalhador assalariado, participe dos processos de exploração e alienação da sociedade capitalista, se vê diante das tensões entre o que o empregador espera dele, as demandas da

17 Em nossa experiência como assistentes sociais no Ensino Básico, vivenciamos as imensas dificuldades e a mobilização intensa das famílias empobrecidas em prol do acesso e da permanência de seus filhos na educação pública de qualidade. São famílias que vão morar mais precariamente para ficarem perto das instituições formadoras, mães que aguardam os filhos na porta da escola, durante toda a jornada escolar, por não terem condições para custear o seu transporte diário, crianças e adolescentes que são separados das famílias para morarem mais perto da instituição formadora.

18 No CBAS de 2010 identificamos 46 trabalhos a partir da palavra chave educação. No mesmo evento, em 2013, identificamos 86 trabalhos, a partir da mesma palavra chave. Em 2016 foram 130 trabalhos sobre o tema Educação no CBAS.

19 Encontro Estadual sobre a Assistência Estudantil.

população usuária e do projeto que orienta o trabalho profissional. Sua autonomia relativa (IAMAMOTO, 2007) está sendo questionada permanentemente. No caso da assistência estudantil, o que o empregador – no caso, as instituições educacionais – esperam deste profissional é uma ação que otimize o acesso à bolsa, ao recurso, ao serviço, de forma a alcançar o *realmente pobre* e oferecer aos que sobraram dos processos seletivos (visto que não existem bolsas para todos), a *hipotética certeza* de que ficaram os mais frágeis economicamente e que novas oportunidades surgirão. Essa atividade a nós conferida pelo empregador, não é uma tarefa simples. Consume muito tempo, gera frustrações, fadiga, visto que frente ao crescimento do acesso de potenciais usuários e a limitada ampliação das bolsas, a organização dos processos seletivos, seus instrumentos, formatos (quando o profissional tem autonomia para tanto), costuma ser longa e absorver intensamente o tempo do trabalho do assistente social, segundo nossa própria experiência revela.

Por outro lado, os assistentes sociais têm sido profissionais atuantes e dotados de visibilidade nesta política e sua ação tem sido reconhecida como importante neste espaço. Poderíamos dizer, inclusive, que os assistentes sociais são profissionais centrais na execução desta política. Observando experiências neste campo, nacionalmente, através de eventos do Serviço Social e da Educação, verificamos resistências, ações extensionistas, de pesquisa, muito diálogo com estudantes e muita denúncia das condições inadequadas de trabalho. Neste sentido, neste terreno tortuoso, lotado de contradições, pensamos na importância de valorizar a Assistência Estudantil, revalorizar e repensar os processos de seleção de estudantes e abrir espaço para práticas outras. Não se trata aqui de uma receita de bolo, ou da indicação de um caminho de trabalho seguro, que conduzirá necessariamente, ao êxito. Trata-se da reflexão de uma assistente social atuante no campo da educação e na Assistência Estudantil, que acredita nas potencialidades contidas nesta experiência, mesmo em um contexto de crise e de contingenciamento de recursos, como o que vivenciamos agora.

Vale lembrar que no Serviço Social a assistência social se manifesta para além da Seguridade, materializando-se (de forma mais evidente ou velada), através de programas e de políticas em áreas diversas. A assistência estudantil é um destes campos. Considerando as práticas filantrópicas, o personalismo e o conservadorismo a serem enfrentados na política de assistência, como expressões de suas marcas históricas conservadoras, observamos que

por vezes, esta atividade pode ser compreendida como “menor” ou desprovida de potencialidades. Além disso, a burocratização que tem acompanhado esta política tem sido um fator de limitação do trabalho do Serviço Social. Por isso mesmo entendemos que a assistência social deve ser vista em sua complexidade histórica, nas transformações que vivenciou recentemente, devendo ser valorizada como direito, dotada de infraestrutura material, de recursos profissionais em permanente aprendizado, além de dotada de fundo público capaz de torná-la ferramenta para minimização da pobreza.

Neste mesmo sentido, a Assistência Estudantil deve seguir estes mesmos princípios: ser direito, ter recursos materiais e profissionais em permanente formação e, é claro, permitir que as populações empobrecidas acessem e permaneçam nas instituições públicas de qualidade, apesar dos imensos limites da sociedade capitalista. Esta é uma luta importante para a categoria (e para os segmentos progressistas da sociedade) hoje. Seguindo esta lógica de raciocínio, a Assistência Estudantil deve ser uma política pública, multidisciplinar, dotada de orçamento próprio, de execução de longo prazo, transparente na gestão, capaz de prover permanência de qualidade nos espaços formativos e de apoiar o aprendizado. A PNAES nos dá bases para pensar nisso, mas é preciso mais. As dificuldades desta política devem ser encaradas em sua dimensão histórica e na conjuntura em que esta se desenvolve. Neste sentido, é preciso que enfrentemos situações em que o trabalho do assistente social chega através de “pacotes” prontos e rígidos, onde há um modelo pré-estabelecido de análise socioeconômica, engessado, que não permite ir além do proposto e que inviabiliza, inclusive, a realização de efetiva aproximação dos usuários.

Acreditamos que esse processo propositivo é viável, visto que as experiências de construção da Assistência Estudantil estão em curso e em disputa e que o Serviço Social tem experiência acumulada no sentido de sistematizar seu trabalho, analisar dados, propor alternativas ao mesmo, apoiar a articulação de sujeitos e movimentos sociais. Esta sistematização nos colocará frente aos limites desta ação diante da desigualdade que marca uma sociedade capitalista e periférica, mas ao mesmo tempo, poderá revelar elementos essenciais ao suporte aos estudantes. Além disso, em uma conjuntura de redução de direitos, como a que vivenciamos agora, a produção de dados e a demonstração dos êxitos e limitações desta política é tarefa para agora.

Vale ressaltar que quando iniciamos a escrita deste artigo, a política de assistência estudantil tinha diante de si um horizonte de possibilidades, mesmo frente a uma universidade pública precarizada. Ou seja, estudantes que precisassem pleitear esta política, poderiam fazê-lo. No entanto, frente ao golpe instaurado pelo esgotamento da aliança entre o PT, sua esdrúxula base aliada e os representantes do capital, com a ascensão governo Temer e suas *PECs do fim dos tempos* (em curso durante a finalização desta reflexão), reformas restritivas de direitos que estavam em andamento começam a ser implementadas. Os horizontes são de muitas lutas, portanto.

Por fim, em busca de breves conclusões, queremos trazer algumas proposições: é preciso considerar que a expansão do acesso dos filhos da classe trabalhadora às instituições de ensino públicas e de qualidade é um avanço importante, que não deve ser simplificado, visto que é resultado de lutas sociais, mas ao mesmo tempo, consequência de uma ampliação fragilizada da educação em todos os níveis. É preciso discutir esses fatos institucionalmente, nos posicionando favoravelmente aos avanços e denunciando propostas formativas aligeiradas. Cortes de bolsa e de recursos também devem ser objetos de denúncias e de mobilizações. Além disso, é preciso produzir dados. Precisamos demonstrar quem são esses estudantes, suas demandas educacionais e para além desta, sua relação com a instituição formadora, bem como as principais expressões da questão social que vivenciam. O Serviço Social detém tais informações e precisa lançar mão delas.

Como parte deste trabalho, ainda, precisamos criar e valorizar espaços de representação social efetiva frente aos programas de Assistência Estudantil e seus recursos; em especial agora, diante da ameaça de cortes, administrá-los com transparência e colegiadamente, como experiência educativa e organizativa. Precisamos, ainda, dialogar com os estudantes, visto que estamos diante de um público usuário com trajetória de mobilização e de luta bastante contundentes, que vê a Assistência Estudantil como uma de suas importantes bandeiras, valorizando sua universalização. Portanto, é nossa tarefa dialogar sistematicamente com estudantes, docentes, gestores, equipe multidisciplinar e famílias. Neste sentido, devemos fazer coro com os que afirmam que não basta conquistar o acesso: é preciso ali permanecer (e as pesquisas aqui citadas nos dão conta de que isso tem ocorrido, o que revela o êxito na experiência) e reivindicar um projeto de formação humanista, universalista e crítico que ainda não se efetivou (o que revela sua incompletude).

A tempestade que parece se avizinhar, frente ao golpe em curso, deve nos movimentar rumo a mares ainda mais revoltosos dos que já navegados. No entanto, águas mexidas e caminhos tortuosos são inerentes às lutas por uma sociedade mais igualitária. Neste sentido, a permanência dos mais pobres na educação pública de qualidade é inegociável: nenhum direito a menos, mesmo em meio às tempestades.

Referências Bibliográficas

ALGEBAILLE, Eveline. Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: FAPERJ/Lamparina, 2009.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação, 2003. Disponível em www.cress-mg.org.br/textos/ acesso em 01/11/2004.

ANDRES, Aparecida. Aspectos da assistência estudantil nas Universidades brasileiras. Câmara dos Deputados, Brasília, DF. Disponível em http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema11/2011_4354.pdf, acesso em 02/02/2016.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto 19.851, de 11/04/1931. Decreta fins de Ensino Universitário. Estatuto das Universidades. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em 12/05/2016.

BRASIL, Lei Estadual/ RJ 6434/2013. Disciplina sobre o sistema de cotas para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em relação ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAp/UERJ. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/f25571cac4a-61011032564fe0052c89c/087bb8cd053320fc83257b4f0066f6f1?OpenDocument>, acesso em 13/06/2014.

BRASIL, IBGE. PNAD 2015. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149, acesso em 13/04/2016.

BRASIL, Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispões sobre a certificação de entidades beneficentes de assistência social. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112101.htm, acesso em 27/06/2012.

BRASIL, MEC. Censo Escolar 2015. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em 01/03/2016.

BRASIL, MEC. Expansão da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica. Disponível em <http://institutofederal.mec.gov.br/>, acesso em 01/03/2016.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei 13.005/2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm, acesso em 28/03/2016.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: EDUNESP, 2000.

_____. Ensino Profissional. O grande fracasso da ditadura. *In: Cadernos de Pesquisa*. No. 154, out-dez 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n154/1980-5314-cp-44-154-00912.pdf>, acesso em 02/04/2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil, TAMBINI, Maria Ignez Saad Bredran e SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. A profissionalização do ensino na Lei 5692/71. Brasília, INEP, 1982 Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002257.pdf>, acesso em 02/01/2016.

FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche; capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LEHER, Roberto. Reforma do Estado: O privado contra o público. *Rev. Educação, Saúde e Trabalho*, 1(2): 27-51, 2003.

LIMA, Katia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. *In: PEREIRA, Larissa Dahmer e ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social e Educação. Coletânea nova de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 1964. São Paulo: Cortez, 1991.

PASSETTI, Edson. Crianças Carentes e Políticas Públicas. *In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das Crianças no Brasil*. Questões da nossa

época. São Paulo: Contexto, 2000.

Revista FONAPRACE. Histórias, memórias e múltiplos olhares. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX : 2012.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 25ª ed. São Paulo: Vozes, 2001.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de Ensino Superior no Brasil: continuidades e transformações. In: Revista Ensino Superior, Unicamp, 2011. Disponível em https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf, acesso em 24/04/2016, pág. 28-43.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e Educação. Fundamentos Ontológicos e Históricos. Revista Brasileira de Educação. Vol. 12, no 34. 2007.

_____. *O legado educacional do regime militar*. In: Cadernos Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SHIROMA, Eneida Oto, MORAES, Maria Célia de, EVANGELISTA, Olinda (orgs). Política Educacional. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

UNB, FONAPRACE. Documentos produzidos, 2001. Disponível em <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/pna.htm>, acesso em 03/03/2016.

* Simone Eliza do Carmo Lessa é Assistente Social e professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

<elizasimone@gmail.com>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Leila Rodrigues da Silva

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Andréa Teixeira
VICE-DIRETORA
Sheila Backx
DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)
José Paulo Netto (ESS - UFRJ)
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)
Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Ludmila Fontenele Cavalcanti (ESS-UFRJ)
Joana Garcia (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabeth Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simionatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliâne Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de

Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho
Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

Foto de capa: Moradores de rua da capital paulista fazem mobilização na Praça da Sé para reivindicar políticas sociais de apoio à população em situação de rua. São Paulo, SP. Agosto de 2012 - Marcelo Camargo/ABr